

ARTIGO

RELAÇÕES ENTRE TEXTOS E CONTEXTOS CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA INTELLECTUAL PARA A HISTORIOGRAFIA

RELATIONS BETWEEN TEXTS AND CONTEXTS CONTRIBUTIONS FROM THE INTELLECTUAL HISTORY TO HISTORIOGRAPHY

ALINE VIEIRA DE CARVALHO*
LUIZ ESTEVAM DE O. FERNANDES**

RESUMO

O presente artigo, resultado de reflexões sobre Teoria de História em cursos de pós-graduação e graduação, tem como objetivo mapear discussões realizadas no seio da História Intelectual; em especial, naquilo que concerne os debates acerca das relações entre autor, texto e contexto. Com esse objetivo, analisaremos as propostas de Quentin Skinner, Reinhart Koselleck, Dominick LaCapra, Hayden White para explicar as complexas e múltiplas relações entre os autores, suas produções textuais e os contextos.

PALAVRAS-CHAVE: História Intelectual, Texto e Contexto.

ABSTRACT

This article is the result of reflections on Theory of History made on graduate and undergraduate classes and aims to map discussions within the Intellectual History field, especially in what concerns the debate about the relationships between author, text and context. With this objective, we analyze the proposals of Quentin Skinner, Reinhart Koselleck, Dominick LaCapra, Hayden White to explain the complex and multiple relationships between authors, their textual productions and contexts.

KEYWORDS: Intellectual History, Text and Context.

As provocações à “vida e obra”

Não é raro que nos deparemos com textos de História, especialmente os de divulgação, cuja estrutura contém itens como “vida e obra” e “contexto de produção”. Também é igualmente comum lermos expressões como “espírito de época”, “mentalidades” ou outras que, malgrado seus significados originais, são usadas com a intenção de mostrar aos leitores que um texto *pertence* a uma época ou que é *determinado* pelo seu contexto de produção.

Várias são as ideias que subjazem tal afirmação. Pensemos em algumas delas. A primeira é uma velha discussão filosófica: até que ponto um autor, o ser entre o texto escrito e o contexto que o constrange, tinha arbítrio total sobre sua obra, uma vez que ele vivia em uma época e compartilhava valores, ideias, moral etc. com outras pessoas de seu tempo? Em outras palavras, seria possível mensurar como a agência de um personagem histórico é capaz de libertá-lo das contingências de seu tempo? É possível um autor não ser fruto de seu tempo?¹ Seriam os textos reflexos de sua época?

Se as respostas para tais perguntas forem afirmativas, como poderíamos explicar autores cujas obras ou pensamentos são absolutamente singulares? Eles estariam à frente de seus tempos? Existe alguém capaz de viver fora de seu tempo? Temos a certeza que essas questões motivam alunos de graduação e pós-graduação em História, Letras e outras áreas afins. E, já destacamos que nenhuma resposta poderia ser dada de forma simplista.

Uma segunda linha de questionamentos parte da ideia de como é possível apreendermos, no presente, os significados contidos nos textos deixados por autores do pretérito. Para certo raciocínio historicista, cada conceito ou ideia de um autor é específico, vinculado a contextos igualmente singulares que cercavam o produtor do texto: como poderíamos esperar que alguém do século XII pudesse interpretar fenômenos como a aurora boreal como um mero acontecimento cósmico, química e fisicamente explicáveis, se tal pessoa não dispunha de elementos capazes de lhe dar essa forma de compreensão? Nesse mesmo sentido, quando Platão fala em República, não adianta querer lê-lo como se ele estivesse falando da República norte-americana atual. As ideias pertencem a seus autores, e estes a seus mundos específicos. Fora dessa lógica, resta-nos o anacronismo.

Num outro lado, em raciocínio presentista, como podemos entender o que um autor do passado quis realmente dizer? Isso seria impossível, pois o autor já não está presente e seu texto não contém seu significado original, mais uma série de significados atribuídos aquele texto ao longo do tempo. Logo, nesse sentido, Platão não é Platão, mas sim o que entendemos de Platão em seu texto hoje e em séculos de comentadores. Restaria ao presente, sempre quem formula as perguntas ao passado, assumir que não há outra forma de fazer História que não a anacrônica: podemos utilizar textos do passado, mas sempre respondemos no presente a questões do presente.

Ou seja, quantas questões envolvem a “simples” relação entre autor, texto e contexto. Logo, a primeira conclusão a que chegamos é que pensá-la é algo, embora complexo, crucial para a forma com a qual

pensamos a própria historicidade dos documentos. Todas as filosofias, doutrinas e escolas de pensamento histórico, qualquer boa historiografia, enfrentou essa questão e ofereceu para ela uma, duas, muitas respostas, de forma que, nos dias de hoje, “a leitura dos textos históricos deixa de ser apenas a busca de uma romântica empatia com o autor, ou ainda a coleta de informações não intencionais como matéria-prima da história social, das representações coletivas ou da crítica das ideologias.”²

O presente artigo tem como objetivo esquadriñar a forma pela qual algumas tendências da chamada história intelectual³ lidaram com a relação texto-contexto, explorando as possibilidades das respostas oferecidas e as críticas que elas receberam. Em especial, analisaremos as respostas de Quentin Skinner, Reinhart Koselleck, Dominick LaCapra e Hayden White, sem ter a pretensão de esgotar suas propostas, mas apenas de buscar como eles esquadriñam e interpretam as relações entre os autores, os textos e os contextos. Este artigo é resultado das reflexões teóricas que temos desenvolvido junto aos nossos orientandos e uma tentativa de refletir de forma didática sobre essas múltiplas e complexas relações entre autores, texto e contexto.

O contextualismo linguístico da Escola de Cambridge: Skinner e o significado das ideias

O contextualismo linguístico é uma linha de investigação histórica mais conhecida como “Escola de Cambridge”, em referência ao lugar em que teve início, liderada por um grupo de intelectuais como Quentin Skinner, John Dunn e John Pocock.⁴ Parcialmente similar a

outras abordagens contextualistas da primeira metade do século XX, como a proposta por Lucien Febvre em sua noção de “utilização mental” ou a de Karl Mannheim em sua “sociologia do conhecimento”, a Escola de Cambridge “trazia consigo um conjunto de novas aquisições extraídas da filosofia da linguagem de Wittgenstein e da linguagem ordinária de John Austin”.⁵ Além disso, Skinner afirmou em inúmeras ocasiões que o historicismo de R. G. Collingwood⁶ foi outro referencial crucial para o desenvolvimento de sua teoria sobre como ler os textos históricos.

A obra de Collingwood opunha-se ao proposto pelo historiador norte-americano Arthur Lovejoy, em seu livro *The Great chain of being*, de 1936. Para Lovejoy, grosso modo, as ideias possuiriam um valor intrínseco, universal e atemporal. Dessa forma, uma história das ideias era possível na medida em que textos fossem comparados em busca de sentidos estáveis a conceitos, “unidades-ideias” desencarnadas, muitas vezes formuladas em uma única palavra (como “democracia”), que seriam retomadas e trabalhadas ao longo do tempo.

Em uma perspectiva collingwoodiana, fazer isso seria o mesmo que “julgar genialidades de determinados autores pelo fato deste terem antecipado, como numa clarividência, o argumento desenvolvido posteriormente por outros autores”.⁷ Logo, deveríamos pensar os textos e obras de arte como autorais, como manifestações das emoções e raciocínios de autores. Nesse sentido, uma mesma ideia, formulada de uma mesma forma, não poderia aparecer em dois autores distintos, ainda que contemporâneos. Mesmo que alguém fale em democracia, o significado que ele atribuiu ao termo não é igual ao de outro

contemporâneo seu. Pensar o contrário levaria, inequivocamente, a anacronismos, uma vez que se atribuiria a autores significados que não seriam os originais. Não à toa, Skinner afirmará que seu contextualismo é uma versão dessa interpretação colingwoodiana do historicismo.

A partir dos anos 1960, ele passou a publicar uma série de artigos de conteúdo teórico-metodológico, buscando criar uma forma de interpretação dos documentos históricos, dos quais “Meaning and Understanding in the History of Ideas” (1969) tornou-se o mais conhecido.⁸ A primeira metade desse longo texto era uma crítica violenta a vertentes da história das ideias políticas, acusando-as de produzirem anacronismos por não pensarem os autores e seus textos em seus contextos originais de produção. “O resultado básico dessas histórias criticadas seria a produção de um conjunto de mitologias históricas que terminavam por narrar pensamentos que ninguém pensou, portanto, não-histórias”.⁹

Pensar que as ideias fossem determinadas, formadas ou transformadas pelo chamado contexto social, ou que, de maneira inversa, as ideias ajudassem a formar ou a transformar o contexto social, era o mesmo que dizer que uma estrutura fosse mero reflexo mecânico da outra. Se assim o fosse, segundo Skinner, não restaria ao historiador das ideias outra coisa que não se perguntar, eternamente, sobre quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha.¹⁰ Ou seja, uma leitura puramente textual, no qual o texto prescindiria de qualquer ligação com seu contexto, seria anacrônica. Em contrapartida, uma leitura estritamente contextual conduziria a outro problema que seria o de supor a natureza da relação de causalidade entre ação e circunstância, em que um determina o outro.

Então, na segunda parte do texto, Skinner especificava sua versão de contexto, qualificando-o como linguístico, único que “importaria reconstruir historicamente para dar sentido às proposições da teoria política e social no tempo”.¹¹ Valendo-se da teoria dos “atos da fala” (*speech acts*) do filósofo da linguagem britânico John L. Austin (1962), o historiador britânico, pensando em especial os textos políticos, criou todo um arcabouço sobre como poderíamos “resgatar” as “intenções” de um autor por meio de um método interpretativo. De acordo com Skinner, cada autor, ao escrever seu texto, ingressa em uma polêmica para

definir a superioridade de determinadas concepções, produzindo alianças e adversários, e buscando a realização prática de suas ideias. Nesta chave interpretativa, sendo a elaboração de um tratado de filosofia política e social uma ação, a questão do seu significado deveria se confundir com aquela da sua intenção, sendo esta apreendida no ato de fazer (*in doing*) a própria obra ou asserção. [... *Nesse caso,*] o objeto da análise historiográfica é deslocado da ideia para o autor, do conteúdo abstrato da doutrina para a ação ou performance concreta do ator num jogo de linguagem historicamente dado¹²

A questão para Skinner, portanto, passava a ser a busca pela compreensão de quais eram as intenções e motivações dos autores ao enunciarem um enunciado. Mais do que propunham os contextualistas, não deveríamos buscar os significados (*meaning*) dos autores, mas sim entendê-los (*understanding*):

Foi taxativamente demonstrado por J. L. Austin, que o entendimento de sentenças pressupõe apreender (*to grasp*) não apenas o significado de um dado enunciado (*utterance*), mas também o que Austin rotulou como sua pretendida força ilocucionária. Essa reivindicação é crucialmente relevante ao meu presente argumento em dois aspectos. Primeiro: a questão sobre o que um dado agente pode estar fazendo ao enunciar seu enunciado não é de forma alguma uma questão de significado, mas sim sobre uma força coordenada com o significado do enunciado em si, e, assim, algo essencial para apreendê-lo para poder entendê-lo. E em segundo lugar, mesmo se pudessemos decodificar o que uma determinada sentença (*statement*) tenha

significado a partir de um estudo de seu contexto social, ainda assim ficaríamos sem qualquer apreensão de sua pretendida força ilocucionária, e, portanto, sem qualquer compreensão real de uma dada sentença. Isso aponta, em resumo, para uma inevitável lacuna que permanece: mesmo se o estudo do contexto social de textos pudesse servir para explicá-los, isso não significaria o mesmo que prover um meio para compreendê-los^{13 14}

Ou seja, o contexto social, extra-textual, nunca poderia determinar um texto ou mesmo servir de base para que pudéssemos dar sentido a ele. Logo, a própria dicotomia simplista entre texto e contexto não faria sentido, na medida em que conhecer o contexto é adentrar no mundo dos significados textuais e das intenções dos autores: “conhecer o contexto de produção de um texto qualquer já é, em si mesmo, um modo de ingressar no próprio ato de interpretar”.¹⁵

A força ilocucionária intencional (mencionada por Skinner na citação anterior) pode ser entendida como a força imposta pelo autor, no ato da fala, com a intenção de comunicar o significado de um enunciado. Isto é: toda sentença contém algo a mais do que aquilo pronunciado, do que seu conteúdo meramente semântico. “O que sobra, isto é, aquilo que está a mais, é exatamente a intenção dada pelo autor ao ato. Por exemplo, a frase ‘feche a porta’ pode ser proferida com intenções diversas, de ordem, conselho, súplica, ironia etc..¹⁶ Portanto, tanto para o falante quanto para sua audiência, o entendimento correto dessa intenção é crucial para a compreensão correta do ato”.¹⁷

Se no texto de 1969, Skinner utilizou *statement* (enunciado que pode ser falado ou escrito) e *utterance* (enunciado primordialmente falado) como sinônimos, pois cria na aplicação da teoria dos atos da fala à interpretação de textos escritos,¹⁸ em textos posteriores as palavras deixam de ser utilizadas. Seu foco na investigação das relações entre as

intenções e as motivações de um autor continuou, agora motivado menos pela busca dos atos ilocucionários, e mais centrado no conhecimento do contexto das convenções linguísticas do texto. “Essas convenções ‘fechariam’ o rol de significados que o texto pode ter tido. Skinner também descarta o princípio de que o resgate da intenção do autor deva ser o objetivo principal da interpretação, adotando a fórmula mais branda que coloca esse resgate ‘entre as tarefas do intérprete’”.¹⁹

Ainda assim, é possível citar duas regras do método proposto por Skinner que se mantiveram praticamente inalteradas ao longo de sua farta e longeva produção:

- 1) “Não se concentrar apenas sobre o texto a ser interpretado, mas sim sobre as convenções vigentes que regem o tratamento das questões ou temas com as quais que o texto está relacionado”.²⁰

Essa regra deriva do fato de todo autor estar engajado em um ato de comunicação, logo, o historiador deveria tentar compreender (*understand*) o que um determinado autor estaria fazendo (*doing in*) ao usar determinado conceito ou argumento. Para isso, é preciso, antes de tudo, apreender (*to grasp*) a natureza e o alcance das coisas que poderiam ter sido feitas ao se utilizar tal conceito em particular, naquele tema e tempo em específico (pois cada discussão dispõe de um determinado “estoque de conceitos”).²¹

- 2) Focar no mundo mental do autor, em suas crenças empíricas.²²

Como nos lembra Marcelo Jasmin, “a noção de que o investimento historicista no não-familiar dos conceitos do passado e,

consequentemente, no estranhamento dele derivado, serve à desnaturalização ou desestabilização dos conceitos da teoria contemporânea, fomentando a imaginação conceitual com alternativas enriquecidas por significados e alteridades que a pesquisa erudita da história pode encontrar”.²³

As propostas de Skinner ganharam muitos adeptos, mas, em igual medida, uma plethora de críticos. Uma linha de críticas advém de uma tradição “presentista”, de autores que partilham de leituras da teoria literária norte-americana e por parte da filosofia francesa, especialmente Michel Foucault, Jacques Derrida e Roland Barthes, e a proclamação da “morte do autor”. David Harlan, por exemplo, criticou duramente a Escola de Cambridge de uma maneira geral, que chamou de “nova ortodoxia” no campo da história intelectual.²⁴ Para esse autor, a proposta contextualista de Skinner seria uma ficção, uma espécie de antiquarismo inútil, uma impossibilidade (dado que parte da ideia falaciosa “da presença do autor no texto”) e um novo tipo de ilusão positivista de resgatar a verdade dos documentos. Como isso seria impossível, restar-nos-ia “reeducar os autores” no presente para que eles respondam às nossas questões.

Essa crítica frontal de Harlan é a somatória de críticas parciais, advindas de tradições de hermenêutica de Heidegger, Gadamer e Ricoeur, mapeadas por João Feres Júnior (2005), pois alguns comentadores já haviam apontado anteriormente inconsistências internas na produção de Skinner,²⁵ ao passo em que “outros acusaram o autor de promover um tipo de positivismo que se mostra incapaz de refletir sobre

o papel do intérprete na produção de leituras,²⁶ outros ainda deitaram-lhe a pecha de adepto do antiquarianismo”.^{27 28}

O próprio Feres Júnior escreve, na mesma linha, que:

todo o edifício da metodologia skinneriana se assenta sobre um erro, qual seja, o de trabalhar com a premissa, presente em todos os seus trabalhos sobre metodologia, de que comunicação oral e comunicação textual não são significativamente diferentes, ou melhor, com a premissa de que uma teoria desenhada para a análise dos atos de fala pode ser simplesmente aplicada, sem maiores adaptações, à interpretação de textos. [...] O tipo de resgate imaginado por Skinner requer a transferência do intérprete para o mundo do autor – uma missão impossível simplesmente e porque aquele mundo não existe mais enquanto experiência vivida, mas somente como texto.²⁹

Por uma análise semiológica: as tropologias históricas de Hayden White.

Por sua vez, Hayden White, historiador e professor da Universidade da Califórnia, afirma que o texto como um representante fiel de uma dada época deve ser colocado em dúvida.³⁰ Antigas autoridades no campo da história intelectual, como Hegel, Marx, Nietzsche ou Dilthey, ainda presentes na “consciência” dos historiadores, estariam sendo deslocadas por novos nomes, como o de Walter Benjamin, Gadamer, Ricoeur (e, em especial, na utilização que Foucault, Habermas e Derrida faziam destes autores), Barthes e Austin.³¹ Estas mudanças teriam possibilitado novos olhares sobre o texto, percebendo-o como discurso, e traçando outros caminhos para os estudos sobre o contexto.³²

A relação entre texto e contexto, defende o autor, é crucial não apenas para a história intelectual como para qualquer historiador,

independente do seu campo de pesquisa.³³ As incertezas sobre os limites entre os textos e os contextos teriam levado historiadores a uma busca frenética pelos arquivos, gerando uma celebração desta instituição:

(...) Esta impossibilidade de decisão acerca da questão sobre onde o texto termina e começa o contexto, e, sobre a natureza de seu relacionamento, parece ser um motivo de celebração. Para fornecer uma leitura nova e mais fecunda para a atividade do historiador intelectual, passase a permitir uma postura diante do arquivo da história mais dialógica do que analítica, mais de conversação do que de julgamento e assertividade (...).³⁴

Para analisar a temática, White elege algumas questões guias: o que seria, de fato, um texto? Quais suas dimensões e níveis? Onde estaria a autoridade do contexto? Onde o texto termina e começa o contexto?³⁵

A noção de texto serve à White como um modelo interpretativo especialmente privilegiado. Considerados como uma evidência histórica, de natureza linguística, os textos são definidos como repletos de elementos ideológicos. Ou seja, as narrativas históricas, arquitetadas pelo historiador sobre dados, “construídas com elementos de uma estrutura verbal, são sempre escritas com um propósito específico (manifesto ou latente)”.³⁶ Para White, todo relato histórico, independente de seu tema ou profundidade, “pressupõe um conjunto específico de compromissos ideológicos nas próprias noções de ‘ciência’, ‘objetividade’ e explicação que o inspira”.³⁷

A tarefa da história intelectual, assim, como de qualquer outra história, centrar-se-ia na identificação dos elementos ideológicos do texto. A ideologia percebida como um processo, e não como um produto (por exemplo, de interesses de um grupo) permite identificar diferentes tipos de significados que são produzidos e reproduzidos pelo estabelecimento de um conjunto de ideias sobre o mundo. Nos textos

certos, sistemas de signos são privilegiados como necessários, enquanto outros são suprimidos, ignorados ou escondidos no processo de representação do mundo.³⁸ Ao historiador cabe determinar as regras de exclusão que sistematicamente operam na construção do texto.³⁹ Através da análise das regras do texto, o estudioso pode supor um conjunto de ideias sobre o mundo.⁴⁰

A linguagem desempenha um papel fundamental nas análises textuais; o próprio texto é definido como “*linguistic in nature*”,⁴¹ ou seja, de “natureza linguística”. Além disso, o autor afirma que o instrumento característico do historiador para a codificação, comunicação e intercâmbio de seu trabalho é a linguagem culta habitual. Isto significa que “os únicos instrumentos que ele tem para dar sentido aos seus dados, tornar familiar o estranho e tornar compreensível o passado misterioso são as técnicas de linguagem figurativa”.^{42 43} Os historiadores, portanto, sempre usam alguma versão da teoria linguística em seus trabalhos, “para ajudá-los em seu trabalho de ‘tradução e significação’ (*translating' meaning*) num contínuo histórico, a fim de ‘construir sentido’ aos seus documentos”.⁴⁴ O cerne da questão seria, pois, a escolha da teoria linguística pelo historiador.

Por teoria linguística do texto, White entende que “aquela que ‘leva’, especificamente, as categorias lexicais e gramaticais como elementos em seu modelo de análise e que, com base neste modelo, procura estabelecer regras para a identificação de um ‘apropriado’ uso da linguagem contra uma instância imprópria referente a esse uso - à maneira do Russel, Wittgenstein, Austin ou Chomsky”.⁴⁵ Existiriam quatro caminhos relativos às teorias linguísticas: 1) a linguagem como

uma representação do mundo na forma de *ícone* ou *mimesis*; 2) o viés marxista que percebe a linguagem como um *index* do mundo; 3) o caminho hegeliano no qual a linguagem torna-se um símbolo do mundo; e 4) a escolha de White, inspirada na teoria de Saussure, que configura a linguagem como um sistema de signos.⁴⁶ As três primeiras noções de linguagem pressupõem uma relação natural entre o mundo e o que o que elas representam, enquanto o quarto caminho presumiria conflitos entre códigos simbólicos.

Os sistemas de signos são analisados pelo autor através da semiologia, em especial, por uma semiologia construída pela combinação de leituras que o autor faz de Saussure, Jakobson e Benveniste. Distinguem-se, por esse caminho, dentro de um texto, os sistemas de signos identificados como referenciais, ou seja, que estão nos textos, e as referências a outros sistemas de signos. Busca-se identificar as hierarquias de códigos que foram estabelecidos no processo de elaboração da narrativa. Sendo o texto um mediador entre os vários códigos é por ele que a realidade torna-se inteligível.⁴⁷

Dentro da análise semiológica de White, o contexto é acessado apenas por intermédio dos “artefatos verbais” que, em virtude de suas textualidades, são sujeitos às mesmas distorções que os textos. Elementos ideológicos presentes em um texto podem ser estendidos ao seu contexto. O artefato verbal é concebido como aquilo que nos permite acessar o sistema de produção de significados operando diretamente em um caminho que outro tipo de artefato não faria (por exemplo, armas, contratos, tratados, entre outros). Inevitavelmente,

afirma White, os artefatos aparecem como efeitos destas operações e não como causas delas.⁴⁸

A análise formal do texto basta a White. O autor preocupa-se com categorias prefigurativas das obras históricas – enredo, argumento, ideologia e tropos –, “pois a estrutura formal de uma narrativa (sua estrutura metahistórica) determina a relevância de qualquer fato específico e a organização de qualquer relato particular”.⁴⁹ O contexto, deste modo, é encontrado dentro do próprio texto e está submetido às ideologias do narrador. As ideologias e a própria imaginação do historiador tornam o conceito de realidade diferenciado. Todos os relatos de acontecimentos, independente de sua forma, seriam permeados por uma dimensão fictícia ou imaginária. A realidade, contudo, não deixa de existir, mas as tentativas de descrevê-la sempre são temperadas pela imaginação. Os historiadores constroem muitas realidades.

A perspectiva semiológica providencia, de acordo com o autor, um estudo detalhado dos elementos ideológicos da narrativa. Permite, também, identificar a natureza da autoridade evocada pelo texto, a perspectiva da realidade representada, as modalidades discursivas usadas para solidificar uma dada mentalidade, o leitor ideal para o texto, além da análise detalhada dos elementos metalinguísticos de passagens específicas onde um tipo de código social é invocado para validar todos os códigos sociais que estão ao alcance do leitor.

As críticas à White centraram-se, em especial, na sua percepção da História como um discurso puramente ficcional, tendo o historiador a tarefa de um romancista. Neste viés, abrir-se-ia um dilema ético sobre o

discurso histórico: como lidar, por exemplo, com acontecimentos como o Holocausto? Essa tragédia teria sido apenas um romance de terror?⁵⁰ Para White, o tema ético não está em jogo. Trata-se apenas de analisar o texto, por si só. Esse artefato textual é percebido como ferramenta/objetos suficientemente autônomo para responder às questões dos seus leitores.

Sobre a acusação de criar uma esfera puramente ficcional para a História, White responde:

Essa caracterização do discurso histórico não quer dizer que os eventos, as pessoas, as instituições e os processos do passado jamais existiram realmente. Ela não quer dizer que não podemos ter informações mais ou menos precisas sobre essas entidades no passado. E ela não significa que não podemos transformar essas informações em conhecimento pela aplicação dos vários métodos desenvolvidos pelas diferentes disciplinas que constituem a ‘ciência’ de uma época ou de uma cultura. Ela pretende, sim, enfatizar o fato de que a informação sobre o passado não é em si mesma especificamente histórica, da mesma forma como o conhecimento baseado nesse tipo de informação tampouco é em si mesmo especificamente histórica.⁵¹

Poderíamos afirmar, portanto, que a grande contribuição de White para o debate sobre as relações texto/contexto – além do estrondo causado por suas propostas sobre o debate historiográfico – centra-se na percepção da natureza “essencialmente” linguística do próprio texto. Pode gerar incômodos a alguns historiadores, todavia, a possibilidade de analisar esses textos utilizando-se somente de tropos específicos (produzidos dentro dos códigos culturais ocidentais). Nesse sentido, pensemos a fundamental contribuição de outro intelectual e sua postura para com os elementos textuais e extra-textuais.

Outro contexto e uma nova forma de pensar os conceitos: Koselleck e a Begriffsgeschichte

Reinhart Koselleck é outro nome tão influente quanto o de Skinner ou o de White quando pensamos uma história das ideias ou história intelectual. Mas se, por um lado, para White, basta o texto em si e sua tropologia, a abordagem collingwoodiana da Escola de Cambridge e a koselleckiana da Escola de Bielefeld apontam em outra direção. Afinal, estas últimas têm leituras em comum, “como a referência à teoria weberiana da ação social e também algumas premissas do historicismo oitocentista”.⁵² Mas há também muitas diferenças entre tais posturas, que vamos analisar neste item.

A história conceitual alemã (*Begriffsgeschichte*) surgiu no final dos anos 1960, com um projeto que envolvia o historiador austríaco Otto Brunner, o alemão Werner Conze e o jovem Koselleck, na publicação de duas obras: *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland* (*Conceitos básicos de história: dicionário sobre os princípios da linguagem político-social na Alemanha*, publicado entre 1972 e 1997 em nove volumes). A coleção era a culminância de uma crítica elaborada nas décadas anteriores à hegeliana “história do espírito” (*Geistesgeschichte*) e à tradição da história das ideias na linha de Dilthey. Ou seja, também era uma reação contextualista, que buscava pensar as ideias e conceitos buscando evitar anacronismos e abolindo análises que ressaltassem a essencialidade dos conceitos. O que se criticava eram certos princípios do iluminismo e do historicismo alemães, que entendiam as ideias em sua positividade, como se elas tivessem

existência objetiva: “basta lembrar nesse sentido as falas de Humboldt (1767-1835) ou de Ranke (1795-1886), por exemplo; para eles as ideias eram uma realidade histórica, única e singular que se materializava no tempo e no espaço”.⁵³

Para a nova proposta, que nascia naquela coleção, os conceitos não seriam ideias a-históricas com significados estáveis, pairando no substrato do tempo, sendo apropriados e aperfeiçoados por autores. Era preciso desenvolver uma nova forma de apreendê-los e, para isso, os métodos da história dos conceitos buscariam ancorar-se na história da terminologia filosófica, na gramática e filologia históricas, na semasiologia e na onomasiologia. “Seus resultados podem ser comprovados pela retomada de exegese textual, remontando sempre de volta a ela”.⁵⁴ Ou como resumiu Jasmin, a reivindicação metodológica mínima da *Begriffsgeschichte* pode ser resumida nos seguintes termos: “os conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos linguísticos, mutuamente compartilhados e desempenhados pelos atores que participaram desses conflitos”.⁵⁵

A importância dos conceitos para a *Begriffsgeschichte* é central, uma vez que eles seriam indispensáveis para que a humanidade fosse capaz de apreender a realidade. Para Koselleck, é por meio das experiências do dia-a-dia, das leituras e vivências, que um autor empreende ações que se projetam no tempo-espço e que se tornam, pois, determinantes para sua autocompreensão. Nesse sentido, cada autor, em seus textos, utilizar-se-ia de conceitos de forma específica: “a história dos conceitos lida com o

uso de linguagem específica em situações específicas, nas quais os conceitos são elaborados e usados por falantes específicos”.⁵⁶

Os conceitos não podem ser lidos, nessa abordagem, como reflexos ou frutos de uma época, ou como representações de uma forma de pensar, ou ainda como imersos em uma trama discursiva que os precederia, numa ordem do discurso em estilo foucaultiano. Para apreendê-los, de forma muito diferente ao de outras abordagens contextualistas, é preciso levar em consideração aspectos hermenêuticos e outros que são extra-textuais.

Como não são um sistema textual autônomo, é preciso pensar que os conceitos estariam sempre relacionados a uma dada realidade social específica: “para poder viver, o homem, orientado pela compreensão não pode senão transformar a experiência da história em algo com sentido, ou, em outras palavras, assimilá-la hermenêuticamente”.⁵⁷

Logo, Koselleck, em 1967, em *Richtlinien für das Lexikon politisch-sozialer Begriffe der Neuzeit* (Orientações para o léxico de conceitos político-sociais da modernidade) lançou uma série de questões que deveriam ser feitas com o intuito de pensar historicamente os conceitos e a relação entre autor, texto e contexto. Elas foram assim sistematizadas por Júlio Bentivoglio:

- 1) Até que ponto é comum o uso do conceito?;
- 2) Seu sentido foi objeto de disputa?;
- 3) Qual o espectro social de seu uso?;
- 4) Em que contextos históricos aparece?;
- 5) Com que outros termos aparece relacionado, seja como complemento ou como oposição?;
- 6) Por quem é utilizado, com que propósitos e a quem se dirige?;
- 7) Por quanto tempo esteve em uso?;

8) Qual é o valor do conceito na estrutura da linguagem política e social da época?; 9) Com que outros termos se sobrepõe?; 10) Converte, com o tempo, com outros termos?⁵⁸

Podemos perceber pelo decálogo acima formulado que há pelo menos dois pontos a serem considerados pela agenda da *Begriffsgeschichte*. O primeiro é que os conceitos não pairam no ar, isolados, mas estão enramados em teias discursivas e em discussões, sendo recriados a todo o momento pelos autores que os inventam, reinventam ou deles se esquecem. Um segundo é que os autores, como indivíduos, devem ser analisados em suas experiências particulares (*Erlebnis*), mas também no campo das experiências compartilhadas (*Erfahrung*). Essa filosofia/teoria da História vê, portanto, “os indivíduos ao tempo, revelando como a historicidade se constitui a partir da interconexão de vivências isoladas e cujo desenho não segue nenhum projeto ou fim definível a priori”.⁵⁹

Imensamente devedora da hermenêutica de Gadamer, a proposta koselleckiana não se reduz a uma mera releitura do filósofo alemão. Koselleck reconhece, como vimos, a dívida da História, como disciplina, à hermenêutica, mas não a reduz a ela. Pelo contrário, o historiador “procede de outro modo” em relação ao hermeneuta. “Se existem tais pressupostos [condições pré ou extralinguísticas da história que não se esgotam na linguagem nem são remetidos aos textos], então a história deveria ter, do ponto de vista epistemológico, um status que a impede de ser tratada como um subcaso da hermenêutica. Esta é a tese que quero fundamentar”.⁶⁰ O profissional da História

serve-se basicamente dos textos somente como testemunhos para averiguar a partir deles uma realidade existente além dos textos. Por conseguinte, tematiza mais que todos os exegetas de textos um estado

de coisas que é, sobretudo, extratextual, mesmo quando ele constitua sua realidade apenas com meios linguísticos [...]. Escrever a história de um período significa fazer enunciados que não puderam ser feitos nunca neste período. [...] Há processos históricos que escapam a toda compensação ou interpretação linguísticas. Este é o âmbito para o que a *Historiké* se dirige, ao menos teoricamente, e que a distingue, mesmo quando pareça ser abraçada pela hermenêutica filosófica.⁶¹

Para Koselleck, os elementos pré-linguísticos condicionam a história, sendo, em si, tanto acontecimentos como discurso. Esses elementos seriam “condições, às quais a humanidade compartilha com os animais e que são, nesta medida, pré- ou extralinguísticas, ‘meta-históricas’”.⁶² Jasmin relembra alguns exemplos “inescapáveis” dessa lógica pré ou extralinguística, que seriam os “três conjuntos de contrários sem os quais nenhuma história é possível: antes/depois, dentro/fora e em cima/embaixo. É certo que tais condições são, frequentemente, articuladas pelas linguagens de comunidades locais e mobilizadas em usos conceituais determinados: religiosos, políticos, econômicos etc. Mas mesmo quando não o são, integram assim mesmo a história dessas comunidades”.⁶³

Além desses elementos, haveria outros que tampouco receberiam articulação na linguagem local. Esses fenômenos ilocucionários seriam desconhecidos para a consciência dos autores em um dado momento históricos ou a própria linguagem de uma época ou comunidade não dava conta da expressão satisfatória dos eventos experimentados, como no caso dos alemães, que foram incapazes de, por intermédio da linguagem, formular uma memória estável do extermínio em massa em 1945, fazendo-o apenas muito posteriormente.

Para acessar esses elementos extra-textuais, o historiador teria que ser capaz de um duplo movimento, em que um lado é textual, outro não:⁶⁴

Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservam até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos. Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. No primeiro caso, os conceitos tradicionais da linguagem das fontes servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo, o historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser comprovada.⁶⁵

Tal perspectiva de leitura e exegese dos textos e suas relações com seus contextos de produção e ressignificação (mas, por vezes, de esquecimento) extrapola uma noção clássica, a de que cada presente reconstrói o passado a partir de questões geradas na sua atualidade, afirmando que, além disso, “cada presente ressignifica tanto o passado (referido na conceituação de Koselleck como “campo da experiência”) como o futuro (referido conceitualmente como “horizonte de expectativas”). Mais ainda, para Koselleck, cada presente concebe também de uma nova maneira a relação entre futuro e passado, ou seja, a assimetria entre estas duas instâncias da temporalidade”.⁶⁶

Nas palavras do próprio autor,

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia.

Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.⁶⁷

Ao passo que o “horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado; a possibilidade de se descobrir o futuro, embora os prognósticos sejam possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada”.⁶⁸

A história conceitual tem se tornado, aos poucos, uma nova “nova ortodoxia” na forma de se fazer história intelectual (ainda que seus praticantes refutem afirmar fazê-la). É muito comum ler textos de koseckellianos que usam frases como “a *Begriffsgeschichte* superou a história das ideias ou a história intelectual; fez um incrível avanço em relação a outras propostas; fez progresso etc.”. Esse tipo de perspectiva põe a história dos conceitos como a culminância de um longo processo historiográfico ou de teoria da história, em que o antes é, qualitativamente, inferior ao agora praticado, quase como se o novo método fosse isento de falhas ou que, ao bem utilizá-lo, os historiadores seriam capazes de chegar mais próximo da verdade.

Ou seja, boa parte das críticas feitas a Skinner, em especial aquelas feitas pelos autores derridadianos, ou por leitores de Heidegger e Ricouer, podem ser aplicadas a escola koseckelliana. Por exemplo, como aferir os elementos extra-textuais de um texto? Não estariam tais elementos em outros textos? Como ter certeza de que um significado é correto naquele determinado significante, em um determinado contexto?

Por um contexto textualizado: a história intelectual de Dominick LaCapra.

Dominick LaCapra, historiador e professor da Universidade de Cornell, afirmou em 1985, em um artigo sobre o marxismo e a história intelectual, que os “historiadores são treinados profissionalmente para não ler”.⁶⁹ Esta posição do acadêmico frente seu objeto de estudo estaria enraizada em um clichê que afirma que qualquer coisa pode ser apreendida pelo seu contexto. Logo, os estudiosos ao buscar o tempo e o espaço em que seus documentos estão inseridos acabariam presos em categorias abstratas que não necessariamente expressam-se no documento analisado.⁷⁰ Criar-se-ia, deste modo, um círculo vicioso onde o intelectual conhecendo o contexto supõe um texto.

Para LaCapra, esta leitura reducionista do texto provém do predomínio de uma concepção documentária da compreensão histórica.⁷¹ O problema se destacaria entre os estudiosos da história intelectual, no círculo em que “Frequentemente tem se encorajado a aproximação entre a retórica de contextualização e à leitura estritamente documental; neste jogo, texto torna-se pouco mais do que um sinal dos tempos ou uma expressão direta de um fenômeno maior ou de outra”.⁷²

Em uma “nova história intelectual”, defendida por LaCapra, a “leitura cega” dos textos é substituída por uma leitura crítica dos documentos. Estes deixam de ser instrumentalizados como meras fontes para divulgar fatos sobre o passado, e passam a ser percebidos como um suplemento da “realidade”. De acordo com o autor, todas as formas de historiografia, e não apenas a história intelectual, poderiam se beneficiar deste modo de leitura crítica que ampliaria a visão de história.⁷³ A nova

história intelectual passa a ser concebida como uma subdisciplina no interior da historiografia,⁷⁴ capaz de expandir os limites da análise documental.

LaCapra identifica em Heidegger e Derrida suas maiores inspirações para a elaboração de críticas e propostas sobre a história intelectual. O autor afirma que o que considera especialmente valioso nos enfoques da textualidade elaborados por estes pensadores é a indagação crítica que busca evitar uma reprodução sonâmbula dos excessos de uma tradição histórica. O caminho desta prática seria a reabilitação do que é reprimido pela tradição e a inclusão destes elementos em um debate mais imparcial com tendências que em suas formas dominantes seriam nocivas. Por esta via, o autor valoriza o que Heidegger denomina de “pensar o impensado” da tradição e o que Derrida defende como “desconstrução”.⁷⁵

A construção desta nova história seria feita a partir de uma análise mais dialógica com o passado;⁷⁶ conceito retirado de Bakhtin em referência à “imaginação dialógica” de Dostoievsky.⁷⁷ Os textos, para LaCapra, são repletos de ideias muitas vezes contraditórias, e combinam, internamente, outros textos e contextos que se sobrepõem formando uma teia de complexas relações. As oposições existentes nos documentos, para o autor, revelam como o passado não é simplesmente uma história acabada que precise ser narrada. Ao contrário, é “um processo que liga cada historiador ao tempo de sua própria narrativa”.⁷⁸ Os historiadores estariam envolvidos em um esforço para entender o que algo significou em um determinado período e que o pode significar

para nós, no tempo presente. Por isso, o diálogo com o passado deve se tornar inerente ao historiador.⁷⁹

Para pensar a história intelectual, LaCapra propõe a redefinição das relações entre os textos e os contextos. A reflexão, afirma o autor, deve começar pelo conceito que se atribui a linguagem: “A linguagem é uma prática criadora de significado (*signifying practice*) que é conectada, desde seu uso enfático até sua supressão deliberada (*studied avoidance*), com outras práticas criadoras de significados na vida humana”.⁸⁰ A linguagem sustenta as definições de texto e contexto justamente por estar entrelaçada a suas existências.⁸¹

Nesse sentido, a tentativa skinneriana de interpretar os textos passados a partir das intenções ou motivações de seus autores no contexto de sua produção tornar-se-ia infrutífera, pois os textos não transmitem significados fixos passíveis de recuperação. Em princípio, defende LaCapra, o texto pode ser visto como o uso situado da linguagem, marcado por uma tensa interação entre tendências reciprocamente imbricadas, mas que por momentos se contestam.⁸² Sendo o texto concebido como o uso situado da linguagem,⁸³ LaCapra aponta para uma outra dificuldade: como delimitar o que é interno e externo a um texto? Como resposta as possíveis angústias (que são parte das bases do programa koseckelliano) em definir os limites entre “dentro e fora” do texto, o autor afirma que mesmo o contexto, ou mundo real, é textualizado de diversas maneiras.⁸⁴

A noção de textualidade, para LaCapra, torna menos dogmático o conceito de realidade,⁸⁵ isto porque tanto o texto como o contexto estão envoltos nas questões referentes ao uso da linguagem. O

historiador que visa à reconstrução de um contexto, ou de uma realidade, deverá passar por restos “textualizados” do passado para alcançar seu objetivo, o que não torna a realidade inexistente ou inacessível.

O autor não nega, por exemplo, o holocausto⁸⁶ ou que as pessoas sangram quando se cortam.⁸⁷ Afirma, no entanto, que todos os fenômenos materiais – como foi o holocausto – apresentam significados simbólicos ligados a uma realidade. Em um caminho dinâmico, a forma como apreendemos a realidade também depende dos significados simbólicos que são empregados. Cria-se assim uma complexa relação entre os símbolos na qual a realidade é existente, mas nunca encontrada em sua plenitude.⁸⁸

É interessante destacar que a mesma fluência que LaCapra imprime nas relações entre a realidade e os signos, é expressada nas relações entre os textos e os contextos. Um texto não corresponde a um único e estático contexto. Ao contrário, liga-se a um conjunto de contextos que interagem entre si e com o texto.⁸⁹ O autor mapeou seis possíveis contextos para a análise textual, são eles: 1) A relação entre as intenções do autor e o texto, 2) A relação entre a vida do autor e o texto, 3) A relação da sociedade com o texto, 4) A relação da cultura com os textos, 5) A relação do texto com a obra do autor, 6) A relação entre modos de discurso e textos.⁹⁰

Os seis contextos interagem com o texto tecendo diálogos que são passíveis de serem acessados pelo historiador. Os textos, construídos sobre aspectos documentários, ou seja, em fatos reais do passado, e sobre aspectos imaginativos do autor, que LaCapra denomina como “*work like*”, permitem uma reconstrução do passado.⁹¹ O trabalho de

reconstrução proposto pelo americano, no entanto, não ignora a criatividade e o envolvimento do pesquisador com seu próprio trabalho. Ao contrário, a criatividade e o aspecto documental de um texto são analisados como sendo parte de um todo e, junto com os contextos – vida do autor, intenções, conceitos e ideias de outros autores, os processos sociais mencionados, outras obras do mesmo estudioso e as estruturas de interpretações – permitem entender o texto como uma intersecção de uma longa tradição e de um momento específico. Busca-se traçar diálogos entre a tradição e a especificidade, os textos e os contextos, o historiador e o passado. O desejo pela verdade é substituído pelo desejo de estabelecer conversas entre muitos elementos.

Conclusões possíveis

Como vimos nos itens anteriores, não há uma única resposta às questões que propusemos na introdução. Um dos poucos pontos em comum entre os autores aqui trabalhados é que todos são devedores da chamada “virada linguística” e da “virada hermenêutica”. Afora isso, para uns, não há como acessar aquilo que está fora de um texto; para outros, isso é essencial para se entender um texto.

Um segundo ponto de conclusão é que se torna inviável, nos dias de hoje, se valer de velhas categorias tão caras à velha história das ideias. “A figura solar do autor/sujeito com sua intencionalidade é relativizada frente à nova concepção do texto enquanto acontecimento e pragmática, bem como pela ênfase nos contextos e jogos de linguagem que têm

como território não a mente autoral, mas os veículos de circulação e espaços de sociabilidade”.⁹²

E, apesar de todas as diferenças acima apontadas, resta-nos outro ponto de aparente convergência entre esses intelectuais. Se nossos textos, como historiadores, são sempre uma solução temporária, parcial e insuficiente na apreensão de dada realidade pretérita, eles não são apenas uma ficção necessária como sugerem alguns autores “presentistas”. Jasmin, por exemplo, ao mapear as respostas de Skinner a alguns de seus críticos, revela-nos essa oposição entre perspectivas mais historicistas e outras presentistas:

a reivindicação de um programa rigorosamente historicista que recusa a existência de ‘problemas filosóficos perenes’ e que paga o preço da redução drástica do alcance das ‘lições’ do passado, dado que a história só lidaria com respostas particulares a problemas epocais particulares, tem como contraparte a ‘liberação’ da elaboração teórica contemporânea para criar respostas novas (e particulares) para os problemas novos (e também particulares) do presente (...). Nesse sentido, é no mínimo curioso perceber que uma reivindicação tão erudita e historicista em relação ao fazer história, e que resulta na afirmação da impossibilidade de transposição dos conceitos antigos para o presente sem anacronismo, funciona, na outra ponta, a da teoria contemporânea, como uma espécie de carta de alforria para a imaginação que deve deixar ao passado os seus termos e partir para uma inovação conceitual adequada aos problemas ‘loais’ do presente.⁹³

De nossa parte, apontamos que tal “carta de alforria” presentista de fato pode apresentar dilemas morais. É claro que vivemos um tempo em que ninguém negaria que as questões postas aos documentos são do presente, que há mediação entre o leitor e o autor, e que as respostas obtidas, são, portanto, sempre variáveis. Trabalhamos com o fim da noção do significado absoluto e atemporal. Ainda assim, é preciso pensar naquilo que Ricouer, ao comentar o trabalho de Koselleck, nos deixa como indagação:

A questão é esta: podemos viver sem um sentido da história? A questão tornou-se perturbadora desde a perda na crença do progresso. Reencontramos a questão colocada por Habermas de saber se o programa do Iluminismo está esgotado. [...] Diria primeiramente que nós não temos necessidade de saber para onde vai a história para compreender nosso dever a seu respeito. [...] A certeza do dever não exige a garantia de um sentido que se imporia independentemente do que quer que fizéssemos.⁹⁴

Aos nossos leitores deixamos o convite para que aprofundem a leitura dos teóricos deste texto e de tantos outros. Lembramos que teoria de história não pode funcionar como uma espécie de camisa de força e que a leitura de um texto de um autor dificilmente se torna um convincente método de pesquisa. Pelo contrário, esperamos mostrar que a pluralidade de respostas para as questões levantadas demonstra a riqueza de nosso universo teórico. Esperamos que se abra a possibilidade da prática de leitura como um exercício complexo e dinâmico, livre de significações pré-determinadas por contextos eleitos pelas tradições historiográficas, inspirada pelos desafios que cada texto traz em si.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos seus orientandos pelos constantes debates e estímulos à reflexão, a Mateus Henrique Pereira e Valdeci Lopes Araujo pela leitura de uma versão prévia do texto e por suas sugestões e apontamentos. Também estamos em débito com Ucy Soto e Luciano César Garcia Pinto pela ajuda com as traduções dos originais em inglês. As ideias aqui expostas, contudo, são de responsabilidade apenas dos autores.

Notas

* Pesquisadora - Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: alinenepam@gmail.com

** Prof. Departamento de História - ICHS - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, Minas Gerais, Brasil. E-mail: leof79@gmail.com

¹Sobre essa metáfora arborescente dos textos como frutos, Frank Ankersmit escreveu, ainda em fins dos anos 1980, que os vestígios do passado não formam um retrato florescente de uma primavera, mas sim uma cena outonal, na qual as últimas folhas caem das árvores e são carregadas pelo vento. No chão, essas folhas (de papel) ficam embaralhadas entre si e distantes de suas origens. Nós não conseguimos mais dizer de onde elas vieram, a que galho de qual árvore estavam originalmente ligadas. Resta, pois ao historiador, apenas rearranjar tais registros do passado em padrões: “nós podemos formá-los a partir deles agora, a maneira pela qual esse padrão pode ser adaptado a outras formas de civilização existentes agora.” ANKERSMIT, Frank. *Historiography and Postmodernism*. In: **History and Theory: Contemporary Readings**. FAY, Brian; POMPER, Philip; VANN, Richard T. (eds.). Oxford, 1998. pp. 175-192.

²ARAÚJO, Valdeci Lopes de. A época das revoluções no contexto do tacitismo: notas sobre a primeira tradução portuguesa dos Anais. In: **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 36, n. 2, jul./dez. 2010. pp. 343-365, p. 347.

³Para definições de História intelectual, cf. CHARTIER, Roger. *História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação*. In: **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. DARNTON, Robert. **História intelectual e cultural**. O beijo de Lamourette. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. GORDON, Peter E. **What is Intellectual History? A frankly partisan introduction to a frequently misunderstood field**. Disponível em:

<http://history.fas.harvard.edu/people/faculty/documents/pgordon-whatisintellhist.pdf>. Acesso em: 11/11/2012. LOPES, Marcos Antonio (Org.).

Grandes nomes da história intelectual. São Paulo: Contexto, 2003. VASCONCELOS, José Antonio. **Quem tem medo de teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana**. São Paulo: Annablume, 2005.

⁴É importante lembrar que há diferenças e debates entre esses autores. Pocock, por exemplo, “embora também opere com a análise de obras e de autores”, tem “o centro de sua reflexão metodológica” deslocado “para a relação entre as várias linguagens políticas que, no seu confronto sincrônico, conformam a tessitura linguística (*langue*) na qual as diversas performances (*parole*) se tornam possíveis e inteligíveis. Também em Pocock, o esforço de desnaturalização da conceituação e dos horizontes teóricos contemporâneos se faz presente. Para dar um exemplo, ao chamar a atenção do leitor para a heterogeneidade dos discursos produzidos no século XVIII inglês, baseados ora nos direitos, ora nas virtudes ou nos costumes (*manners*), sublinha que ali tais possibilidades devem ser apreendidas, pelo intérprete, como alternativas numa disputa que desconhece o que nós, hoje, conhecemos – os seus resultados, isto é, aquilo que, a posteriori, tornou-se hegemônico: o liberalismo, a linguagem dos direitos individuais e a

noção de liberdade como não-obstrução. Além disso, a verificação do caráter necessariamente poliglota da linguagem política, com os vários idiomas que em disputa a integram num determinado período histórico, aponta para os riscos da incompreensão (*misunderstanding*) que o analista corre quando tenta apreender os modos de desenvolvimento do pensamento alheio a partir de concepções estáveis e historicamente desinformadas daquilo que lhe parece ser um domínio próprio da política ou da moral. O risco do anacronismo estaria não apenas na incapacidade de compreender o que está em jogo na emissão desta ou daquela proposição (de seu significado), mas também na imputação de caráter contraditório a elaborações teóricas que, em seu contexto de enunciação, eram plenamente legítimas e racionais. Neste registro, as relações entre, por um lado, a gramática que permite as várias construções linguísticas (idiomas ou sublinguagens) num determinado período e, por outro, as performances específicas – por vezes subversivas da própria gramática – desempenhadas em seu interior, constituiria o locus privilegiado da análise pocockiana do discurso político” JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, fev/2005. pp 29-30. Logo, temos que ressaltar que o pensamento de Skinner não pode ser estendido a toda "Escola de Cambridge".

⁵JASMIN, Marcelo Gantus. op. cit., p. 28.

⁶Em entrevista, Skinner afirmou: “O outro filósofo que quero mencionar é R. G. Collingwood, que era interessado, principalmente, em questões sobre interpretação e explanação histórica. Eu o li pela primeira vez também na escola, e embora eu não tenha certeza de tê-lo entendido o que ele estava argumentando naquela época, ele acabou exercendo uma influência muito direta na minha abordagem do estudo da História das ideias”.

(http://www.history.ac.uk/makinghistory/resources/interviews/Skinner_Quentin.html). Sobre o assunto, cf. MCINTYRE, Kenneth B. *Historicity as Methodology or Hermeneutics: Collingwood's Influence on Skinner and Gadamer*. In: **Journal of the Philosophy of History**, v.2, n. 2, 2008.

⁷SOUZA, Vanderlei S. de. Autor, texto e contexto: a História intelectual e o ‘contextualismo linguístico’ na perspectiva de Quentin Skinner. In: **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. v. 5, ano V, n. 4, out/nov/dez 2008. p. 5.

⁸Tais artigos foram reunidos em TULLY, James. (ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

⁹JASMIN, Marcelo Gantus. op.cit.,p. 28.

¹⁰ “Consequentemente o historiador das ideias acaba por apresentar a si mesmo nada melhor do que o enigma consagrado do ovo e da galinha, ao passo que o mais obstinado historiador da ‘realidade’ congratula a si próprio por ter diminuído a importância de exercício tão pouco lucrativo”. SKINNER, Quentin. *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. In: **History and Theory**, v. 8, n. 1, 1969. p. 42.

¹¹JASMIN, Marcelo Gantus. op.cit., p. 28.

¹²JASMIN, Marcelo Gantus. op.cit., p. 28.

¹³SKINNER, Quentin. op.cit., pp. 45-56.

¹⁴ Todas as traduções de citações apresentadas neste texto são de responsabilidade dos próprios autores.

¹⁵SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978. p. 13.

¹⁶“To know a writer’s motives and intentions is to know the relationship in which he stands to what he has written. To know about intentions is to know such facts as whether the writer was joking or serious or ironic or in general what speech-act he was performing. To know about motives is to know what prompted those particular speech-acts, quite apart from their character and truth-status as utterances” SKINNER, Quentin. Motives, Intentions and the Interpretation of Texts. In: **New Literary History**, v. 3, 1972. p. 400.

¹⁷FERES JR., João. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, 2005. p. 658.

¹⁸“The essential question which we therefore confront, in studying any given text, is what its author, in writing at the time he did write for the audience he intended to address, could in practice have been intending to communicate by the utterance of this given utterance. It follows that the essential aim, in any attempt to understand the utterances themselves, must be to recover this complex intention on the part of the author” SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: **History and Theory**, v. 8, n. 1, 1969. pp. 48-49.

¹⁹FERES JR., João. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, 2005. p. 661.

²⁰SKINNER, Quentin. Motives, Intentions and the Interpretation of Texts. In: **New Literary History**, v. 3, 1972, p. 406.

²¹Ibid.

²²SKINNER, Quentin. op.cit., p. 407.

²³JASMIN, Mancelo Gantus. op. cit., p. 29.

²⁴HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, M.; GIMENES, R. A. O. (orgs). **Narrar o Passado, Repensar a História**. Campinas: Ed. IFCH, 2000. p. 19.

²⁵GUNNELL, John G. Interpretation and the History of Political Theory. In: **The American Political Science Review**, vol. 76, nº 2, 1982. GRAHAM, Keith. How do Illocutionary Descriptions Explain? In: TULLY, J. (org.). **Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics**. Cambridge, Polity, 1988. HOLLIS, Martin. Say it with Flowers. In: TULLY, J. (org.). **Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics**. Cambridge, Polity, 1988.

²⁶FERMIA, Joseph V. Historicist Critique of 'Revisionist' Methods. In: TULLY, J. (org.). **Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics**. Cambridge, Polity, 1988. KEANE, John. More Theses on the Philosophy of History. In: TULLY, J. (org.). **Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics**. Cambridge, Polity, 1988. MINOGUE, Kenneth. Method in Intellectual History: Quentin Skinner's Foundations. In: TULLY, J. (org.). **Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics**. Cambridge, Polity. 1988.

²⁷TARLTON, Charles D. Historicity, Meaning, and Revisionism in the Study of Political Thought. In: **History and Theory**, v. 12, n. 3, 1973. pp. 307-328.

-
- ²⁸FERES JR., João. op. cit., p. 656.
- ²⁹FERES JR. João, op.cit., pp. 657 e 671.
- ³⁰WHITE, Hayden. Method and Ideology in Intellectual History. In: LACAPRA, Dominick e KAPLAN, S. L. (ed.). **Modern European Intellectual History**. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1985. p. 282.
- ³¹WHITE, Hayden. op. cit., p. 280.
- ³²Hayden White conjuga antigas e novas tradições da história intelectual e identifica em Hegel, Droysen, Nietzsche e Croce sua inspiração para a defesa da interpretação como a alma da historiografia. Em suas palavras: “todos estes teóricos repudiam a concepção rankeana do “olho inocente” do historiador e a noção de que os elementos da narrativa histórica, os “fatos”, eram fornecidos apoditicamente, e não construídos pela própria ação do historiador. Todos eles ressaltam o aspecto ativo, inventivo, da suposta “investigação” do historiador daquilo que “realmente aconteceu” no passado”. WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 69.
- ³³WHITE, Hayden. Method and Ideology in Intellectual History. In: LACAPRA, Dominick.; KAPLAN, S. L. (ed.). **Modern European Intellectual History**. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1985. p. 281.
- ³⁴ Ibid.
- ³⁵ Ibid.
- ³⁶WHITE, Hayden. op. cit., p. 71.
- ³⁷ WHITE, Hayden. op. cit., p. 87.
- ³⁸WHITE, Hayden. op.cit, 1985, p. 288.
- ³⁹WHITE, Hayden. op.cit., p. 294.
- ⁴⁰ “mental set toward the world”, WHITE, Hayden. op.cit., p. 288.
- ⁴¹WHITE, Hayden. op. cit., p. 283.
- ⁴² “Todas as narrativas históricas pressupõem caracterizações figurativas dos eventos que pretendem repensar e explicar. E isso significa que as narrativas históricas, consideradas meros artefatos verbais, podem ser caracterizadas pelo modo do discurso figurativo em que são moldadas” (WHITE, Hayden. op. cit., 1994, p.87).
- ⁴³WHITE, Hayden. op. cit., 1994, p. 87.
- ⁴⁴WHITE, Hayden. op. cit., 1985, p. 284.
- ⁴⁵WHITE, Hayden. op. cit., p. 287.
- ⁴⁶WHITE, Hayden. op. cit.,pp. 284-285.
- ⁴⁷WHITE, Hayden. op. cit., p. 198.
- ⁴⁸WHITE, Hayden. op. cit., p. 307.
- ⁴⁹KRAMER, Lloyd S. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn.(org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 146.
- ⁵⁰CHARTIER, Roger. Quatre questions à Hayden White. In: **Storia della Storiografia**. v.24, 1993. pp.133-142.
- ⁵¹WHITE, Hayden. op. cit., 1997. p. 22.
- ⁵²BENTIVOGLIO, Júlio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. In: **Dimensões**, vol. 24, 2010, p. 116.
- ⁵³BENTIVOGLIO, Júlio. op. cit., p. 117.

-
- ⁵⁴KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 97.
- ⁵⁵JASMIN, Marcelo Gantus. op. cit., p. 32.
- ⁵⁶KOSELLECK, Reinhart. A response to comments on the *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: LEHMANN, H.; RICHTER, M. (eds.). **The meaning of historical terms and concepts**. 1996. p. 62. apud JASMIN, Marcelo Gantus. op. cit., p. 32.
- ⁵⁷KOSELLECK, Reinhart. **História y hermenêutica**, 1997, p. 69 apud BENTIVOGLIO, Júlio. 2010. p. 118.
- ⁵⁸KOSELLECK, Reinhart. 1997, pp. 81-90 apud BENTIVOGLIO, Júlio. 2010, p. 119.
- ⁵⁹BENTIVOGLIO, Júlio. op. cit., 2010, p. 122.
- ⁶⁰KOSELLECK, Reinhart. *História y hermenêutica*. p. 69 apud JASMIN, Marcelo Gantus. op. cit.
- ⁶¹KOSELLECK, Reinhart. **História y hermenêutica**. pp. 91-3 apud BENTIVOGLIO, Júlio. op. cit.
- ⁶²KOSELLECK, Reinhart. Linguistic change and the history of events. In: **The Journal of Modern History**, n. 61, v. 4, 1989. p. 650.
- ⁶³JASMIN, Marcelo Gantus. op. cit., p. 34.
- ⁶⁴Toda linguagem é historicamente condicionada, e toda história é linguisticamente condicionada. Quem desejaria negar que todas as experiências concretas que temos só se tornam experiências pela mediação da linguagem? É justamente isto o que faz a história possível. Mas, ao mesmo tempo, quero insistir que linguagem e história permaneçam separadas analiticamente, pois nenhuma das duas pode ser, na sua inteireza, relacionada à outra. KOSELLECK, Reinhart. op. cit., 1989, pp. 649-650.
- ⁶⁵KOSELLECK, Reinhart. op. cit., 2006, p. 305.
- ⁶⁶BARROS 2010, p. 66.
- ⁶⁷KOSELLECK, Reinhart. op. cit., 2006, pp. 309-310.
- ⁶⁸KOSELLECK, Reinhart. op. cit., p. 311.
- ⁶⁹AZEVEDO, Célia Maria Marinho, “A Nova História Intelectual de Dominick LaCapra e a noção de raça”. In: RAGO, M.; GIMENES, R. A. O. (orgs.). **Narrar o Passado, Repensar a História**. Campinas: Ed. IFCH, 2000. p. 339.
- ⁷⁰LACAPRA, Dominick. **History & Criticism**. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1985. p. 14.
- ⁷¹LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTI, E. **Giro Lingüístico e historia intellectual**. Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 1998. p. 240.
- ⁷²LACAPRA, Dominick. op. cit. 1985, p. 14.
- ⁷³LACAPRA, Dominick. op. cit., p. II.
- ⁷⁴LACAPRA, Dominick, op. cit., p. 16.
- ⁷⁵LACAPRA, Dominick. op. cit., 1998, p. 245.
- ⁷⁶LACAPRA, Dominick. op. cit., 1985, p. 313.
- ⁷⁷KRAMER, Lloyd S. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. (org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 153.
- ⁷⁸LACAPRA, Dominick. op.cit., 1985, p. 18.
- ⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ Ibid.

⁸¹Text’ derives from *texere*, to weave or compose, and in its expanded usage it designates a texture or network of relation interwoven with the problem of language. LACAPRA, Dominick. op. cit., p. 19.

⁸²LACAPRA, Dominick. op. cit., 1998, p. 240.

⁸³ O texto pode ser caracterizado pela existência de duas outras atribuições: os aspectos documentais e o de ser-obra. “Lo documentario sitúa o texto en términos de dimensiones fácticas o literales que implican la referencia a la realidad empírica y transmiten información sobre ella. El “ser-obra” complementa la realidad empírica con agregados y sustracciones. Implica por lo tanto dimensiones del texto no reductibles a lo documentario, que incluyen de manera preponderante los papeles del compromiso, la interpretación y la imaginación”. LACAPRA, Dominick. op. cit., pp. 245-246.

⁸⁴LACAPRA, Dominick. op. cit., p. 241.

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶LACAPRA, Dominick. op. cit., 1985, p. 19.

⁸⁷KRAMER, Lloyd S. op. cit., p. 171.

⁸⁸LACAPRA, Dominick, op. cit., p. 18 e KRAMER, Lloyd S. op. cit., p. 173.

⁸⁹LACAPRA, Dominick. op. cit., 1998, p. 252.

⁹⁰LACAPRA, Dominick, op. cit., pp. 252-292.

⁹¹LACAPRA, Dominick, op. cit., p. 245.

⁹²ARAUJO, Valdeí Lopes de. A época das revoluções no contexto do tacitismo: notas sobre a primeira tradução portuguesa dos Anais. In: **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 36, n. 2, jul./dez. 2010. pp. 343-365. p. 346.

⁹³JASMIN, Marcelo Gantus. op. cit., p. 30.

⁹⁴RICOEUR, Paul. A crise da consciência histórica e a Europa. In: **Lua Nova**, n. 33, ago/1994.